Pronunciamento do ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Abertura do III Encontro Nacional do Judiciário

Senhores,

Para além dos fatos e objetivos que haverão de nortear a condução dos trabalhos neste evento, considero muito importante ressaltar a significância simbólica de, pela terceira vez, em menos de dois anos, reunir-se a cúpula da magistratura brasileira para traçar, em regime de afinada autoria, as coordenadas do projeto que enfim levará o Judiciário nacional ao tão almejado patamar de excelência.

Tais circunstâncias mais sobressaem quando se relembra o terrível obstáculo consubstanciado na secular falta de comunicação que, na prática, alçava a condição de ilhas aos órgãos de um Judiciário por demais estratificado em instâncias e competências específicas.

A coesão, evidenciada no ajustamento de vontades e diretrizes, na unicidade de propósitos e de linguagem, no produtivo intercâmbio de experiências, foi certamente o motor a impulsionar o autêntico mutirão que tornou o Judiciário, de fato, num só corpo pulsante, dinâmico e entusiasmado.

Não é de estranhar, portanto, o número expressivo de bons resultados obtidos a partir dessa construção conjunta, alicerçada em inegável relação de cooperação e solidariedade.

Todavia, mesmo dispondo da maior das reservas de boa vontade, pouco se avançaria, não fosse o férreo empenho de cada qual dos órgãos jurisdicionais aqui representados em ultrapassar os entraves à trilha da modernização, não fosse a criatividade admirável de magistrados e servidores na busca por soluções concretas, sobrepujando a escassez de recursos e a sempre desafiadora premência do tempo.

É, portanto, a essa resposta rápida, corajosa e competente do Judiciário que rendo todas as homenagens e expresso o meu mais reconhecido agradecimento.

Nada obstante tantos avanços alcançados em tão exíguo período, o melhor de todos os resultados não se compara ao exíguo do autoconhecimento, sem dúvida alguma a plataforma imprescindível a qualquer planejamento que se propõe pragmático, duradouro, eficiente.

Para assim concluir, basta rememorar as desencontradas conjecturas acerca do número inicial de processos a serem vencidos para cumprir-se a Meta 2 — algo em torno de 40 milhões — uma montanha extraordinária de processo ao fim reduzida a aproximadamente a 10% desse montante.

De fato, o ingente esforço em zerar estoques de processos antigos teve como oportuno consectário a transparência irrestrita em todas as etapas do oficio jurisdicional, o que possibilitou precisar gargalos que de ordem material, técnica ou processual, garantindo, assim, atalho certeiro à otimização de rotinas, racionalização de gastos e à maximização de recursos.

Fica evidente, destarte, que tão importante quanto ao alcance de metas é o aprendizado institucional. No caso singular do Judiciário, a experiência valiosa subjacente à compreensão dos próprios limites e deficiências não tardará a produzir o mapeamento acurado e abrangente dos reais entraves à prestação jurisdicional de qualidade, a serem atacados com medida objetivas. A um só tempo, levará também à antecipação de diagnósticos, com as ações profiláticas pertinentes.

Eis que se resume, em síntese apertada, a tarefa de acertar-se o passo com o planejamento e a gestão estratégica voltados à melhoria da administração judiciária e da eficiência operacional.

Superados os primeiros desafios, a próxima etapa a ser vencida — e para qual fomos mais uma vez convocados, em obséquio ao salutar processo de ajuste, de sintonia fina em busca do constante aperfeiçoamento — é avançar , fixando novas e, quiçá vivenciada no percurso anterior, com expressivos ganhos quanto aos quesitos “legitimidade” e “segurança”.

De outra parte, estamos prontos para definir, agora com maior grau de certeza, como ultrapassar as dificuldades reveladas na gigantesca auto-radiografia que em tão boa hora empreendemos.

O entusiasmo que de há muito venho observando no semblante de cada qual dos partícipes dessa formidável operação de fortalecimento do judiciário — e, portanto, do resgate definitivo da credibilidade do Sistema de Justiça Brasileiro como um todo — não me permite duvidar de que as evidentes conquistas desse novo Judiciário não peremptórias, de que deixamos para trás os tempos em que a complexidade da tarefa, remetendo inapelavelmente ao desânimo, sedimentava cada vez mais o conformismo, ampliava a descrença quanto à capacidade de arrumarmos a própria casa e, dessa forma, acabava por devastar a autoestima de um Poder essencial à construção diária do convívio democrático.

Estou certo, senhores, de que a força do nosso trabalho, alicerçada na convicção inabalável sobre o valor do nosso oficio, continuará produzindo resultados de que tanto nos orgulhamos, ora apresentados a toda sociedade brasileira. É a nossa melhor e mais convincente resposta, a calar as céticas vozes que alhures vaticinaram como mera utopia nossos tão factíveis sonhos de plenitude

Tenhamos um produtivo dia de trabalho

Muito obrigado a todos.